

# OLHANDO PARA A ÁGUIA: VISÕES DA OPINIÃO PÚBLICA NO BRASIL E NO MUNDO SOBRE OS ESTADOS UNIDOS

Edison Benedito da Silva Filho\*  
Rodrigo Fracalossi de Moraes\*

## RESUMO

O artigo analisa a percepção da opinião pública em vários países acerca dos Estados Unidos e de sua atual influência no mundo. São abordadas as mudanças de percepção advindas a partir da eleição de Barack Obama, em novembro de 2008, e de como o chamado “efeito Obama” pode indicar desconfiança na percepção sobre os Estados Unidos em alguns países do Oriente Médio. Analisa-se, especificamente, o Brasil e como a percepção da população do país sobre os Estados Unidos melhorou após a eleição de Barack Obama. Ainda em relação ao Brasil, são analisados dados da pesquisa Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) – Defesa Nacional, demonstrando-se que as faixas etárias mais jovens da população percebem os Estados Unidos mais como possível ameaça do que como possível aliado do Brasil para os próximos vinte anos.

**Palavras-chave:** Estados Unidos; antiamericanismo; opinião pública; *soft power*; diplomacia pública; Brasil.

## ABSTRACT<sup>i</sup>

This article analyzes the public opinion views in some countries about the United States and its current influence in the world. It examines the changes in perceptions resulting from the election of Barack Obama in November 2008, and how the “Obama effect” may indicate distrust of the United States in some Middle Eastern countries. It analyzes, specifically, how the perception of the Brazilian population over the United States improved after the election of Barack Obama. Also in relation to Brazil, we analyze some data from the Social Perception Indicators System – National Defense, demonstrating that younger age groups of the Brazilian population perceive the United States more as a possible threat than as a possible ally of Brazil for the next twenty years.

**Keywords:** United States; anti-americanism; public opinion; soft power; public diplomacy; Brazil.

JEL: F50, F59.

---

\* Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) do Ipea.

i. As versões em língua inglesa das sinopses desta coleção não são objeto de revisão pelo Editorial do Ipea.

*The versions in English of the abstracts of this series have not been edited by Ipea's publishing department.*

## 1 INTRODUÇÃO

Os Estados Unidos, maior potência econômica, tecnológica e militar contemporânea, possuem interesses espalhados por todo o globo. O alcance da presença de governo, Forças Armadas, empresas, organizações não governamentais, cultura, bem como de outros aspectos/instituições deste país ainda não encontra paralelo: a economia norte-americana permanece a maior do mundo; as empresas do país operam em todo o planeta; a maior parte das transações econômicas internacionais ocorre por meio do dólar norte-americano; os gastos militares do país são os maiores do globo; os produtos de sua indústria cultural são amplamente difundidos; o país é o maior provedor de assistência oficial para o desenvolvimento (em valores absolutos); e a sua rede de missões diplomáticas não possui equivalentes em termos de alcance global.

Em função de tal presença/influência, a opinião pública na maior parte dos países geralmente não assume posições de neutralidade em relação aos Estados Unidos. É difícil ser neutro em relação a um país com tamanho poder: as opiniões geralmente são ou positivas ou negativas. Em parte pelo mesmo motivo, atribui-se aos Estados Unidos a responsabilidade – ou ao menos a corresponsabilidade – por diversos fracassos e sucessos econômicos, políticos, militares e/ou ambientais em diversas partes do mundo, sejam estes locais, nacionais, regionais ou mundiais. E, com o progresso das tecnologias de comunicação de massa e o conseqüente acesso a informações da mídia internacional, cada vez mais a visão a respeito dos Estados Unidos não se restringe à sua influência exercida em cada nação/região isoladamente, mas incorpora percepções acerca da forma como aquele país atua em nível global.

Do ponto de vista da política externa norte-americana, visões positivas são um importante ativo de *soft power* para o país, utilizado para se alcançar objetivos no exterior com menor necessidade de medidas coercitivas, nem sempre eficientes e quase nunca populares junto à população do país-alvo.

Mas qual é exatamente a parcela da população ao redor do mundo que percebe de forma negativa a influência norte-americana? E qual é, particularmente, a percepção dos brasileiros em relação aos Estados Unidos? A eleição de Barack Obama, um democrata afro-americano, provocou impacto sobre a percepção de cidadãos de outros países em relação aos Estados Unidos?

O objetivo deste trabalho será apontar possíveis respostas para estas questões, discutindo a percepção da população de países selecionados (com enfoque no Brasil) em relação aos Estados Unidos. Ademais desta introdução e das considerações finais, o trabalho possui quatro seções. A segunda seção explora a importância da opinião pública na determinação do formato da política externa dos Estados, relacionando-a aos conceitos de *soft power* e diplomacia pública. A terceira seção analisa os diferentes “antiamericanismos” a partir dos trabalhos de Katzenstein e Keohane (2006; 2007). A quarta seção analisa os perfis das posições contrárias aos Estados Unidos em distintas regiões do globo a partir de *surveys* realizados em vários países do mundo. E a quinta seção analisa a percepção do brasileiro sobre os Estados Unidos a partir de dados obtidos por meio da pesquisa Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) – Defesa Nacional, realizada em agosto de 2011 pelo Ipea, e de *surveys* internacionais.

## 2 OPINIÃO PÚBLICA, *SOFT POWER* E DIPLOMACIA PÚBLICA

Um dos tópicos presentes nos debates entre integrantes das escolas Realista e Liberal, no âmbito da disciplina de Relações Internacionais, refere-se ao papel da opinião pública na determinação do formato da política externa dos Estados.

Para realistas/neorealistas tal papel deveria ser de pouca ou nenhuma importância, em função da volatilidade da opinião pública e do pouco contato da maioria das pessoas – na maior parte dos países – com os temas de política externa. Em alguns casos, admite-se que a opinião pública de fato poderia se tornar um obstáculo, mas o Estado deveria ignorá-la ou buscar moldá-la da forma que mais se adequasse ao interesse nacional, cuja definição e interpretação caberiam ao próprio Estado. Segundo esta percepção, o Estado deveria ser o *líder* da opinião pública, como afirmado por Lippman (1978, p. 16-27), Morgenthau (2003, p. 1.018-1.019) e Kennan (1984, p. 61, 93, 158).

Para liberais/neoliberais a opinião pública possuiria papel relevante nas relações internacionais, sobretudo nos regimes democráticos (Holsti, 2004; Nye Jr., 2004, p. 105; Knecht e Weatherford, 2006; Wilson III, 2008, p. 113). Do ponto de vista interno, ela imporá um limite à ação dos governos, que não poderiam ignorar a opinião dos cidadãos na formulação da política externa, dado o custo político interno que isto lhes acarretaria. Do ponto de vista externo, uma opinião pública favorável a um país estrangeiro (ou seja, a opinião pública em um país “B” acerca de um país “A”) seria um importante ativo de *soft power*, facilitando as atividades de suas instituições naquele mesmo país e ampliando as possibilidades de estabelecimento ou manutenção de relações cooperativas. Segundo esta percepção, o Estado seria *seguidor* (e não líder) da opinião pública (Guraziu, 2008).

Independentemente da orientação de tendência mais realista ou liberal da política externa de cada nação, governos buscam obter e manter uma imagem positiva de si próprios junto à opinião pública de outros países. E os custos e benefícios associados a essa imagem tendem a se tornar mais relevantes em um cenário de acesso cada vez mais disseminado à informação e de fortalecimento da participação popular nas políticas governamentais.

No caso dos Estados Unidos, o país travou contra a União Soviética, durante a Guerra Fria, uma disputa não apenas pela supremacia militar, econômica, tecnológica e política, mas também no campo das ideias. O governo norte-americano promoveu uma “demonização” sistemática do “modelo soviético”, destacando seu autoritarismo, falta de livre iniciativa e ineficiência, enquanto o governo soviético destacava a desigualdade, a ganância e o racismo presentes no “modelo norte-americano”. Para promover uma imagem positiva de si próprio (bem como uma imagem negativa do outro) o governo dos Estados Unidos utilizou diversos instrumentos de diplomacia pública, coordenados pela Agência de Informação dos Estados Unidos – The United States Information Agency (Usia), criada em 1953.<sup>1</sup> Com este aparato, difundiam-se imagens de grandeza, riqueza, liberdade, oportunidades profissionais e serviços públicos de qualidade, todas associadas ao “modelo capitalista”, enquanto apontava-se que o “outro modelo” não oferecia tais benesses, que o mesmo rumava na “contramão da história” e que seus valores eram incompatíveis com as tradições nacionais.

Contudo, a partir da percepção de que a diplomacia pública era um resquício da Guerra Fria, o aparato desta foi encolhido nos Estados Unidos ao longo dos anos 1990, culminando na desativação da Usia em 1999 (Nakamura e Weed, 2009, p. 2, 20-21). Ademais, como as visões sobre os Estados Unidos naquela década foram majoritariamente positivas em quase todo o mundo (à exceção do Oriente Médio) (Katzenstein e Keohane, 2007, p. 10), considerou-se que não havia necessidade de se manter a estrutura de diplomacia pública com a dimensão que esta possuía até então.

Após o 11 de Setembro, no entanto, no bojo da Guerra contra o Terror, a imagem dos Estados Unidos junto à opinião pública de outros países deteriorou-se rapidamente, reacendendo o interesse na diplomacia

1. Até 1973, a Seção de Assuntos Educacionais e Culturais do Departamento de Estado – U.S. Department of State under the Bureau of Educational and Cultural Affairs (ECA) – também coordenava a diplomacia pública no país, ano no qual esta foi absorvida pela Usia.

pública norte-americana como instrumento de política externa (Nakamura e Weed, 2009, p. 6).<sup>2</sup> A Força-Tarefa sobre Comunicação Estratégica da Junta de Ciências de Defesa – Defense Science Board Task Force on Strategic Communication (DSB) – afirmou que a diplomacia pública do país estava em crise e destacou os problemas de imagem que os Estados Unidos estavam enfrentando, particularmente em países muçulmanos (Department of Defense, 2004), conclusão semelhante à de trabalhos de outras instituições, como: Rand Corporation (Wolf Jr. e Rosen, 2004); Heritage Foundation (Johnson e Dale, 2003; Johnson, Dale e Cronin, 2005); Brookings Institution (Amr, 2004); Council on Foreign Relations (2003); Grupo Consultivo sobre Diplomacia Pública para o Mundo Árabe e Muçulmano – Advisory Group on Public Diplomacy for the Arab and Muslim World –, criado pelo Departamento de Estado (Advisory Group..., 2003); e Center for Strategic and International Studies (CSIS, 2007) (Nakamura e Weed, 2009, p. 2-3; Kelley, 2005, p. 1).

Em relação ao Brasil, o Council on Foreign Relations (CFR) já havia apontado a existência de uma série de “mal-entendidos” na percepção da população acerca da política externa norte-americana, obstaculizando o aprimoramento das relações entre os dois países. Em um memorando de 2000, destinado a orientar os esforços da Presidência dos Estados Unidos para o fortalecimento das relações com o Brasil, a instituição elencou cinco temas críticos a serem superados por meio do diálogo com a sociedade brasileira:

(...) o legado e a ambiguidade da política dos Estados Unidos para o Brasil no passado; o medo no Brasil (e, para alguns, nos Estados Unidos) de que o livre comércio no hemisfério irá prejudicá-los; a percepção no Brasil de que os Estados Unidos visam limitar a soberania brasileira na região amazônica; a cautela, tanto interna como entre os vizinhos do Brasil, quanto a uma relação muito próxima entre Brasil e Estados Unidos; e os elementos de concorrência, bem como de cooperação, que existem entre Estados Unidos e Brasil (Council on Foreign Relations, 2000, tradução dos autores).

No entanto, apesar das vozes influentes nos Estados Unidos em torno desta questão, as iniciativas de diplomacia pública durante a administração de George W. Bush (2003-2009) não foram capazes de conter a deterioração da imagem dos Estados Unidos e de reverter a imagem unilateralista e militarista da política externa do país (Nye Jr., 2004; 2005).

Apenas com a eleição de Barack Obama, em novembro de 2008, foi possível uma ruptura positiva na imagem dos Estados Unidos. Com uma história pessoal profundamente diversa da de seu antecessor (democrata, afro-americano, sobrenome árabe, filho de um estudante africano, não serviu às Forças Armadas etc.) e com um discurso conciliador frente à comunidade internacional, Obama representava a antítese da figura e do governo de George W. Bush. Em seu discurso inaugural, afirmou que seu governo buscaria um novo caminho nas relações com o mundo muçulmano, ademais de ter se comprometido com a retirada das tropas norte-americanas do Iraque e com a busca da paz no Afeganistão. No dia seguinte à sua posse, comprometeu-se ainda a fechar a Base Naval da Baía de Guantánamo e centros de detenção secretos da Agência Central de Inteligência – Central Intelligence Agency (CIA). Em março de 2009, buscando a reconciliação com a Rússia, afirmou que o projeto do escudo antimísseis balísticos no Leste Europeu seria suspenso. E rejeitou ainda alguns termos, como “guerra global contra o terror” e “extremismo islâmico”. Ainda em 2009, Obama recebeu o Prêmio Nobel da Paz.<sup>3</sup>

2. Outros fatores também contribuíram para a existência de visões negativas sobre os Estados Unidos no período, tais como: *i*) o *status* do país como única superpotência do mundo; *ii*) a reação contra a globalização, muitas vezes interpretada como benéfica apenas para os Estados Unidos; *iii*) a rejeição do país em integrar importantes regimes internacionais, como a Convenção de Ottawa, o Protocolo de Quioto e o Tribunal Penal Internacional; e *iv*) a aparente incompetência do país na resposta a alguns eventos, como o Furacão Katrina (CSIS, 2007, p. 20).

3. Para uma análise crítica da questão, destacando as mudanças na diplomacia pública advindas com o governo Obama, mas, ao mesmo tempo, com sugestões para seu aprimoramento, ver Krause e Evera (2009).

Em função destas e de outras iniciativas/eventos, a imagem dos Estados Unidos no exterior melhorou substancialmente em seu governo, fenômeno denominado “efeito Obama”, como analisado na seção 4 deste trabalho. Isto não ocorreu, contudo, na maior parte do Oriente Médio, onde a visão do país manteve-se negativa. Para compreender esta questão é preciso destacar a complexidade das visões da opinião pública acerca dos Estados Unidos ao redor do mundo, variando de acordo com o país/região observado e o tema em questão. Este tópico será tratado na próxima seção.

### 3 DIFERENTES “ANTIAMERICANISMOS”: ENTRE A OPINIÃO E O VIÉS

Ações de política externa dos Estados Unidos estão relacionadas a diversos processos que trouxeram problemas e soluções em vários temas e em distintas regiões do globo. Por um lado, o país apoiou – ou continua apoiando – regimes e grupos autoritários e/ou associados a violações de direitos humanos. Tais ações contribuíram para a queda de governos democráticos e/ou para a manutenção no poder de governos não democráticos, tal como ocorreu: no Irã em 1953; em países latino-americanos durante as décadas de 1950 a 1980; na Espanha durante grande parte do regime de Francisco Franco (1938-1973); no Egito durante o regime de Hosni Mubarak (1981-2011); ou como ainda ocorre no apoio à família real da Arábia Saudita. Por outro lado, a recuperação econômica do Japão, da Coreia do Sul e dos países da Europa Ocidental no pós-Segunda Guerra Mundial (após 1950 no caso da Coreia do Sul), bem como a construção de instituições democráticas na maior parte destes países, decorreu, em grande parte, do apoio econômico e militar norte-americano, tornando o país peça-chave na defesa, estabilização e democratização destas regiões.

Contudo, atribui-se muitas vezes aos Estados Unidos a responsabilidade por mazelas ou malogros que possuem pouca ou nenhuma relação com o governo, as políticas, a população ou a cultura norte-americanas. Ao atuarem em outros países, os Estados Unidos muitas vezes enfrentam intensa oposição, a qual denuncia frequentemente as supostas conexões entre as ações norte-americanas e supostos interesses escusos que as motivaram. Tais denúncias também são observadas quando o país não age. Tanto a comissão como a omissão podem igualmente ser atribuídas a interesses escusos:

Em todo o mundo, não apenas no Oriente Médio, quando coisas ruins acontecem, há uma tendência generalizada de se culpar a América por seus pecados, seja de comissão seja de omissão. Quando a Embaixada Chinesa em Belgrado é bombardeada, os chineses acreditam que isto foi um ato deliberado do governo dos Estados Unidos; conspirações terroristas por súditos britânicos são vistas como reflexo do apoio britânico à política americana; quando a AIDS assola grande parte da África, os Estados Unidos são culpados por não fazer o suficiente para interrompê-la (Katzenstein e Keohane, 2006, tradução dos autores).

Contudo, deve-se destacar a complexidade do fenômeno. Certos grupos em alguns países podem apresentar visão negativa acerca da influência econômica dos Estados Unidos e, ao mesmo tempo, admirar a pujança tecnológica e os produtos de sua indústria cultural. Diferentemente, outros grupos podem expressar resistência ou admiração quase incondicional pelos Estados Unidos, rechaçando ou absorvendo suas ideias, informações e produtos simplesmente por serem provenientes daquele país ou a ele estarem associados. Tal fato decorre tanto da complexidade da sociedade norte-americana como das variadas “lentes” pelas quais diferentes grupos observam os Estados Unidos e suas ações (Katzenstein e Keohane, 2006).

Com o objetivo de clarificar a questão, Katzenstein e Keohane (2006) diferenciam duas formas básicas de posições contrárias aos Estados Unidos: a *opinião* e o *viés*:

Algumas manifestações de atitudes desfavoráveis refletem apenas opinião: julgamentos desfavoráveis acerca dos Estados Unidos ou das suas políticas. Outros, no entanto, refletem um viés: a predisposição em acreditar nos relatos negativos sobre os Estados Unidos e em desconsiderar os positivos. O viés implica uma distorção do processamento de informações, enquanto a opinião contrária é consistente com a manutenção da abertura para novas informações que podem levar à mudança da opinião de alguém (Katzenstein e Keohane, 2006, tradução dos autores).<sup>4</sup>

Em parte baseadas em elementos concretos (opinião), em parte por “apriorismo” (viés), posições contrárias aos Estados Unidos estão presentes em diversos segmentos das sociedades civis e dos governos em vários países.<sup>5</sup> Propostas/ações do governo norte-americano, bem como a atuação de suas empresas e a difusão de seus produtos culturais, rendem discussões muitas vezes acaloradas entre parlamentares, técnicos de governo, acadêmicos, imprensa, grupos religiosos e sociedade civil acerca da sua convergência em relação aos interesses nacionais. Segundo os autores, contudo, opinião e viés devem ser entendidos não como posições absolutas, mas como tipos ideais: entre os dois extremos há um *continuum* de posições, com a *desconfiança* situando-se em posição intermediária (Katzenstein e Keohane, 2007).

Apesar destas ressalvas, é possível identificar diferentes padrões de percepção acerca dos Estados Unidos de acordo com as regiões do mundo. Por meio das mudanças de opinião observadas antes e depois do início da Guerra contra o Terror, pode-se observar que as posições contrárias aos Estados Unidos assumem diferentes contornos em termos regionais. Segundo a classificação proposta por Katzenstein e Keohane (2006; 2007), verifica-se que essas posições tendem a ser *de desconfiança* na maior parte do Oriente Médio e *opinitivas* na maior parte da Ásia, da Europa e da América Latina.

## 4 VISÕES SOBRE OS ESTADOS UNIDOS NO MUNDO

Em pesquisas de percepção realizadas em diversos países, observa-se que a visão da opinião pública sobre os Estados Unidos, na atualidade, é majoritariamente positiva na maior parte das nações, embora com importantes variações regionais. Além disso, na maior parte do mundo, as visões negativas são decorrentes mais de *opiniões* do que de *desconfiança* ou *viés*, segundo a distinção de Katzenstein e Keohane (2006; 2007): ou seja, se alteram em resposta a mudanças na política externa dos Estados Unidos. A tendência a uma posição de desconfiança ou viés concentra-se no Oriente Médio e no Paquistão, onde a visão negativa sobre os Estados Unidos é permanentemente alta, independentemente das ações e do perfil do governo norte-americano (Katzenstein e Keohane, 2006). As posições antiamericanas são ali, portanto, mais estruturais que voláteis (Chioza, 2007, p. 95).

Na tabela 1, constam dados de pesquisas feitas entre 2002 e 2011 pelo Pew Global Attitudes Project (2012), no qual se indagou para entrevistados em 56 países se a visão destes em relação aos Estados Unidos

4. O trecho citado consta de um artigo publicado pelos dois autores em 2006, que serviu de base para um capítulo de livro publicado por Katzenstein e Keohane em 2007. No trabalho de 2007 os autores incluíram a *desconfiança* como uma terceira posição.

5. Ademais da divisão entre *opinião*, *desconfiança* e *viés*, os autores estabelecem uma tipologia com quatro tipos de motivação para o antiamericanismo: *i)* soberano e nacionalista; *ii)* liberal; *iii)* social; e *iv)* radical. Incluem ainda duas categorias adicionais: *i)* elitista; e *ii)* herdado (Katzenstein e Keohane, 2007). Tais tipologias não serão abordadas neste trabalho por limitações de escopo e espaço. Para uma explicação sintética de cada uma destas formas de antiamericanismo, ver Princeton Task Force... (2010, p. 1-2). E para uma visão crítica dessa mesma temática, ver Zogby International (2010).

era favorável ou desfavorável. Os dados estão separados por países/grupos de países, ordenados da visão mais positiva para a menos positiva, quais sejam: África Subsaariana; Ásia e Pacífico; América do Norte e Europa; América Latina; Rússia; e Oriente Médio e Paquistão.<sup>6</sup>

TABELA 1

**Visões favoráveis sobre os Estados Unidos**

(Em %)

		2002-2003	2004-2005	2006-2007	2008-2009	2010-2011	Média total
África Subsaariana	Quênia	80	-	87	90	89	87
	Gana	83	-	80	-	-	82
	Nigéria	69	-	66	72	81	70
	Senegal	-	-	69	-	-	69
	África do Sul	65	-	-	60	-	63
	Tanzânia	53	-	46	65	-	55
Ásia e Pacífico	Filipinas	90	-	-	-	-	90
	Japão	72	-	62	55	76	65
	Coreia do Sul	49	-	58	74	79	64
	Austrália	59	-	-	46	-	53
	China	-	42	41	44	51	45
	Indonésia	38	38	30	50	57	43
	Índia	-	-	-	-	41	41
América do Norte e Europa	Estados Unidos	-	83	78	86	82	82
	Polônia	79	62	61	68	72	69
	Canadá	68	59	55	68	-	63
	Grã-Bretanha	73	57	54	61	63	61
	Itália	65	-	53	-	-	61
	França	52	40	39	59	74	53
	Alemanha	53	40	34	48	63	47
	Espanha	38	41	29	46	63	44
América Latina	Venezuela	82	-	56	-	-	69
	Peru	67	-	61	-	-	64
	Brasil	-	-	-	-	62	62
	México	64	-	56	58	54	57
	Argentina	34	-	16	30	42	30
	Rússia	49	49	42	45	57	48
Oriente Médio e Paquistão	Israel	78	-	78	71	72	75
	Líbano	32	42	47	53	51	45
	Egito	-	-	26	25	19	23
	Jordânia	13	13	18	22	17	17
	Paquistão	12	22	21	18	15	17
	Turquia	23	27	11	13	14	17
	Territórios Palestinos	0	-	13	15	18	12

Fonte: Pew Global Attitudes Project (2012, p. 58-60).

Obs.: 1. A pergunta foi feita da seguinte forma: "Please tell me if you have a very favorable, somewhat favorable, somewhat unfavorable or very unfavorable opinion of the United States." ["Por favor, me diga se você tem uma opinião muito favorável, um pouco favorável, um pouco desfavorável ou muito desfavorável sobre os Estados Unidos."].

2. A resposta "favorável" inclui as opções "muito favorável" (*very favorable*) e "um pouco favorável" (*somewhat favorable*).

6. Em cada um destes grupos foram desconsiderados alguns países de pouca expressão em relação a países do mesmo grupo (Eslováquia, Bulgária e Bolívia, por exemplo).

Dos 34 países listados, visões favoráveis tiveram percentuais médios superiores a 50% em 21 e superiores a 40% em 28. Observa-se nesta mesma tabela as mudanças advindas a partir da eleição de Barack Obama. Comparando-se os períodos 2006-2007 e 2010-2011, dos 22 países com dados disponíveis para estes dois biênios, os percentuais de visões favoráveis se ampliaram em dezessete deles, com doze países apresentando ampliação igual ou maior a 10 pontos percentuais (p.p.).

Os países da África Subsaariana onde foram realizadas entrevistas apresentaram, em média, as visões mais favoráveis, sobretudo no Quênia e em Gana. Há mudanças ao longo do tempo, mas a tendência é de manutenção de uma visão positiva, destacando-se, contudo, o aprimoramento da imagem norte-americana na Nigéria nos últimos dois biênios.

Em patamar um pouco inferior, situam-se as visões de países da Ásia/Pacífico e da América do Norte/Europa. Na Ásia/Pacífico destaca-se, por larga margem, a visão favorável entre os filipinos, a mais alta dentre os países entrevistados, superior até mesmo à visão dos próprios norte-americanos sobre seu país (com a ressalva de que os dados para as Filipinas não são recentes), seguida das visões favoráveis de japoneses e sul-coreanos. No caso da Coreia do Sul, observa-se uma evolução significativa do percentual entre o primeiro e o último biênio (de 49% para 79%).

Entre os países da América do Norte/Europa (ademais dos Estados Unidos), destacaram-se as percepções favoráveis de Polônia, Canadá, Grã-Bretanha e Itália. França, Alemanha e Espanha apresentaram mudanças significativas nas percepções ao longo do período, chegando a menos de 40% em alguns anos (e menos de 30% no caso da Espanha).<sup>7</sup> Nestes três países, é digna de nota a visão mais favorável nos períodos 2008-2009 e 2010-2011 em relação aos períodos anteriores, indicando, em grande parte, o chamado “efeito Obama”.

Na América Latina, à exceção da Argentina, as visões mostraram-se positivas.<sup>8</sup> Chama atenção a percepção positiva dos venezuelanos, divergindo da posição do governo do país em relação aos Estados Unidos. No caso do Brasil, observa-se percentual elevado de visão favorável, em patamar próximo ou superior a de importantes aliados dos Estados Unidos, como Coreia do Sul, Austrália, Canadá e Reino Unido.

Na Rússia, a visão é moderadamente positiva, enquanto no Oriente Médio ela é negativa. A percepção é positiva em Israel e moderadamente positiva no Líbano, enquanto nos demais países se mantém quase sempre abaixo de 25%. Na Turquia, os percentuais foram baixos durante todo o período, chegando a 11% no biênio 2006-2007, mesmo sendo um país da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e um importante aliado dos Estados Unidos. Observa-se, dessa forma, o distanciamento da população do país em relação à política externa do Estado turco quanto a esta matéria.<sup>9</sup> Destaca-se também o caso do Paquistão, cujo governo possui uma aliança com o governo dos Estados Unidos que igualmente não reflete a percepção da população paquistanesa.<sup>10</sup> O Oriente Médio é, de fato, distinto em comparação às demais regiões do mundo. Embora alguns aspectos dos Estados Unidos sejam vistos de forma positiva na região, estes não são capazes de produzir nos indivíduos uma percepção positiva dos Estados Unidos como um todo. No caso do Paquistão, por exemplo, mesmo com a ajuda prestada de US\$ 600 milhões pelos Estados Unidos após as

7. Para uma análise do antiamericanismo na Europa ver Gienow-Hecht (2006).

8. Tanto Katzenstein e Keohane (2006) como Chioza (2007, p. 96) consideram que a Argentina é um país que se aproxima mais do Oriente Médio do que do restante da América Latina nesta questão.

9. Para uma análise do antiamericanismo na Turquia em período recente, destacando-se a forma como este tem se transformado em uma força política no país, ver Grigoriadis (2010).

10. Para uma análise das relações entre Paquistão e Estados Unidos, com ênfase na percepção da população paquistanesa, ver Ajami (2010/2011). Para uma análise do antiamericanismo no mundo árabe ver Lynch (2007).

enchentes no país em 2010, a percepção não melhorou (Wike, 2012). Ademais, a opinião pública na região é a que possui visão mais negativa em relação a diferentes aspectos dos Estados Unidos, tais como: a democracia norte-americana; o povo do país; ideias e costumes; música, filmes e televisão; confiança no presidente dos Estados Unidos; entre outros.<sup>11</sup>

Outra forma de se captar a visão sobre os Estados Unidos é indagar acerca da influência norte-americana no mundo. Na tabela 2, constam dados de *surveys* feitos pelo BBC World Service Poll entre 2008 e 2011 sobre esta questão. Com o objetivo de se observar o “efeito Obama”, constam médias comparadas para os períodos 2007-2008 e 2009-2010.

Embora a forma da pergunta e os resultados apresentem algumas divergências em relação à pesquisa anteriormente analisada, as tendências se mantêm.

A percepção dos Estados Unidos melhorou significativamente desde 2008 em função do chamado “efeito Obama”. Dentre os 21 países listados e com dados para ambos os biênios, ela melhorou em dezessete, enquanto os percentuais de visões negativas diminuíram em vinte países.

Os países da África Subsaariana apresentaram as visões mais positivas, novamente destacando-se Quênia e Gana. Países da Ásia e Pacífico apresentaram visões que foram de moderadamente negativas a moderadamente positivas, destacando-se as visões positivas nas Filipinas e na Coreia do Sul. O Japão, embora tenha apresentado percentual relativamente baixo de respostas positivas (diferentemente do que consta da tabela 1), apresentou ao mesmo tempo um percentual baixo de respostas negativas, superior apenas ao das Filipinas, havendo amplo percentual que se mostrou neutro (o maior entre os países listados). Nestes países, observa-se o crescimento da percepção positiva, indicativa do “efeito Obama”, demonstrando-se ao mesmo tempo a existência de *opinião* e não de *desconfiança* ou *viés*.

Entre os países da América do Norte e Europa, as visões vão de moderadamente negativas a moderadamente positivas, destacando-se que na Alemanha e, em menor escala, no Canadá, os percentuais de respostas negativas foram superiores aos de positivas. A França, particularmente, apresentou no último biênio a visão mais positiva entre os países listados. Apesar de se manter a tradição na França e em outras partes da Europa Ocidental de se denegrir os Estados Unidos por sua suposta religiosidade e pouco apreço pelas artes, trata-se de um fenômeno majoritariamente de elite, não encontrando respaldo na maioria da população (Katzenstein e Keohane, 2006).<sup>12</sup> Reforça-se a tese de Katzenstein e Keohane (2006) da não existência de desconfiança ou viés na visão de países europeus sobre os Estados Unidos.

Na América Latina destacaram-se as visões positivas de Brasil e Peru, pouco inferiores, contudo, às da tabela 1. O percentual da população brasileira com visões positivas, ainda assim, esteve novamente acima ou próximo do encontrado junto à população de importantes aliados dos Estados Unidos. Dos 27 países onde foram realizadas entrevistas (nem todos listados na tabela 2), o Brasil foi o sexto em termos de visões positivas. Também se observa, neste caso, a melhoria da percepção acerca dos Estados Unidos.

11. Ver dados disponíveis em Pew Global Attitudes Project (2012). Para uma análise destes dados para o ano de 2002, ver Chioza (2007). Para visões distintas acerca do antiamericanismo no mundo, ver Makdissi (2003) e Blyaydes e Linzer (2012).

12. Ver também *Anti-americanism ...* (2003).

TABELA 2

**Percepção sobre o caráter da influência dos Estados Unidos no mundo (biênios 2007-2008 e 2009-2010)**

(Em %)

	Biênio	Percepção			
		Predominantemente positiva	Neutra	Predominantemente negativa	
África	Gana	2007-2008	80	7	13
		2009-2010	78	13	9
	Quênia	2007-2008	71	13	17
		2009-2010	77	10	14
	Nigéria	2007-2008	66	7	28
		2009-2010	70	7	23
África do Sul	2009-2010	54	32	14	
Ásia e Pacífico	Filipinas	2007-2008	80	11	12
		2009-2010	86	7	8
	Coreia do Sul	2009-2010	66	6	29
		2007-2008	33	13	49
	Indonésia	2009-2010	47	21	32
		2007-2008	32	10	57
	Austrália	2009-2010	41	20	39
		2007-2008	31	58	22
	Índia	2009-2010	41	32	28
		2007-2008	25	41	34
	Japão	2009-2010	35	51	15
		2007-2008	36	16	52
China	2009-2010	31	21	49	
	2007-2008	58	9	34	
América do Norte e Europa	Estados Unidos	2009-2010	48	20	33
		2007-2008	47	16	37
	Itália	2009-2010	59	18	23
		2007-2008	38	13	49
	Reino Unido	2009-2010	47	14	39
		2007-2008	34	14	52
	França	2009-2010	46	15	40
		2007-2008	33	9	59
	Canadá	2009-2010	42	16	43
		2007-2008	30	16	55
	Espanha	2009-2010	41	24	36
		2007-2008	19	13	69
Alemanha	2009-2010	38	17	46	
	2007-2008	39	21	40	
América Latina	Brasil	2009-2010	59	14	28
		2007-2008	53	24	23
	Peru	2009-2010	11	34	55
		2007-2008	18	39	44
	México	2009-2010	19	25	56
		2007-2008	32	28	41
Oriente Médio e Paquistão	Rússia	2009-2010	21	12	68
		2007-2008	13	28	59
	Turquia	2009-2010	14	21	66
		2007-2008	37	24	40
	Egito	2009-2010	13	39	49
		2007-2008	13	39	49

Fonte: BBC World Service Poll.

Nos dois países do Oriente Médio listados e no Paquistão predominaram visões negativas, destacando-se, ao mesmo tempo, a ampla parcela de visões neutras no Paquistão e a melhoria ocorrida no Egito. O BBC World Service Poll (2009; 2010) destacou a melhora na visão dos egípcios acerca dos Estados Unidos a partir da eleição de Barack Obama. Contudo, em pesquisa do Pew Global Attitudes Project (2012), a melhora foi bastante inferior e tanto o governo dos Estados Unidos como outros aspectos da sociedade norte-americana permaneceram impopulares no país. Os resultados aparecem contraditórios e, ao se analisar dados de outras pesquisas, como os do World Public Opinion (2009), do Zogby International (2010; 2011), bem como trabalhos científicos sobre a questão (Krause e Evera, 2009; Blaydes e Linzer, 2012), observa-se mais proximidade com os resultados do Pew Global Attitudes Project.

A seguir, será analisada mais detidamente a percepção dos brasileiros acerca da influência exercida pelos Estados Unidos, tomando por base dados recentemente produzidos pelo Ipea e alguns dados do Pew Global Attitudes Project (2012).

## 5 PERCEPÇÃO BRASILEIRA SOBRE OS ESTADOS UNIDOS: DADOS DA PESQUISA SIPS – DEFESA NACIONAL

A posição dos Estados Unidos no cenário político internacional e a ubiquidade de sua influência econômica e cultural podem ter contribuído para a consolidação de uma imagem à primeira vista contraditória daquele país entre a população brasileira: observa-se a percepção dos Estados Unidos, por um lado, como possível ameaça no futuro e, por outro, como um importante parceiro estratégico.

A pesquisa com a população brasileira acerca de temas relacionados à defesa nacional, realizada no âmbito do Projeto SIPS, produziu resultados que evidenciam essa dualidade “ameaça-oportunidade” na visão sobre as relações do Brasil com os Estados Unidos.

Na pesquisa, perguntou-se aos entrevistados acerca de sua percepção sobre a possibilidade de que algum país (a partir de uma lista pré-selecionada) pudesse ser uma ameaça militar para o Brasil nos próximos vinte anos. A tabela 3 apresenta a percepção dos entrevistados acerca desta questão.

TABELA 3

### Percepção de ameaça militar estrangeira (nos próximos vinte anos, por região do país) (Em %)

	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Brasil
Estados Unidos	43,7	36,9	40,9	41,1	20,6	37,1
Argentina	13,3	14,4	22,2	14,6	18,6	15,6
Bolívia	11,9	7,7	24,8	10,6	18,6	12,2
Colômbia	8,5	9,2	20,5	10,0	9,9	10,5
China	9,3	8,1	14,4	10,5	7,9	9,7
Países da Europa	8,9	7,6	12,8	9,4	5,7	8,6
Rússia	10,4	9,2	18,1	8,5	4,4	9,0
Paraguai	7,8	6,2	8,1	5,0	3,7	5,6
Venezuela	7,4	7,0	9,4	5,4	2,9	5,9
Índia	1,1	3,3	3,7	1,9	0,7	2,2
Outros	0,4	1,0	2,0	1,5	0,4	1,2
Nenhum	28,5	19,2	14,1	25,3	23,2	22,6
Não sabe/não respondeu	1,8	9,6	2,0	3,9	7,5	5,7

Fonte: Pesquisa SIPS/Ipea de 2011.

Obs.: Pergunta: “(...) o Brasil, atualmente, vive em paz com os outros países do mundo. Mas e quanto ao futuro? O(a) Sr(a). acha que alguns dos países listados a seguir poderão, nos próximos vinte anos, ser uma ameaça militar para o Brasil?”

Os Estados Unidos foram o país mais citado pelos entrevistados (37,1%) como possível ameaça ao Brasil para as próximas duas décadas. Para efeito comparativo, o segundo mais citado (Argentina) alcançou menos da metade do percentual norte-americano (15,6%). A tabela mostra também as diferenças na percepção da população brasileira em termos regionais: a visão dos Estados Unidos como possível ameaça alcança percentuais próximos de 40% em todas as regiões do país, com exceção do Sul, onde apenas 20,6% dos entrevistados consideraram essa ameaça relevante para os próximos vinte anos.

Contudo, possivelmente o dado mais relevante captado pela pesquisa quanto a este tema surge quando se contrapõe a percepção de ameaças militares àquela de oportunidades em termos de parcerias ou alianças para as próximas duas décadas. Conforme consta na tabela 4, os resultados indicam que, longe de haver uma clara cisão entre países “amigos” e “inimigos”, os países apontados como principais ameaças também figuram como os mais relevantes parceiros em potencial do nosso país.

TABELA 4

**Percepção de possibilidade de alianças ou parcerias com outros países (nos próximos vinte anos, por região)**  
(Em %)

	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Brasil
Estados Unidos	37,0	32,8	54,7	32,0	18,6	32,4
Argentina	30,7	24,7	34,6	34,0	35,2	31,4
China	21,9	13,8	14,8	19,8	12,0	16,7
Bolívia	21,9	7,7	18,8	17,4	17,5	15,1
Paraguai	22,6	11,3	16,1	17,1	12,0	15,0
Países da Europa	18,5	12,2	27,9	15,7	6,8	14,6
Colômbia	11,5	5,7	13,1	11,4	8,9	9,6
Venezuela	10,4	6,3	11,7	9,8	4,6	8,3
Índia	7,0	6,1	10,1	6,2	6,6	6,6
Rússia	6,3	4,8	7,4	6,1	3,7	5,5
Outros	2,2	1,6	3,0	1,8	1,6	1,8
Nenhum	12,6	12,5	7,4	17,2	14,8	14,4
Não sabe/não respondeu	2,2	11,5	1,0	6,1	11,7	7,7

Fonte: Pesquisa SIPS/Ipea de 2011.

Obs.: Pergunta: “O(a) Sr(a). acha que alguns dos países listados a seguir serão, nos próximos vinte anos, importantes aliados do Brasil? Ou seja, serão países amigos/parceiros do Brasil?”

Novamente os Estados Unidos despontaram com o maior número de respostas: 32,4% dos entrevistados apontaram este país como provável aliado ou parceiro importante, percentual próximo ao alcançado pela Argentina (31,4%). Em seguida figuraram China (16,7%), Bolívia (15,1%), Paraguai (15%) e países da Europa (14,6%).

Verificou-se nas regiões Norte e Centro-Oeste a preponderância de uma visão mais otimista acerca das possibilidades de cooperação estratégica do Brasil com os Estados Unidos para os próximos vinte anos: respectivamente, 54,7% e 37% dos entrevistados dessas regiões apontaram aquele país como um eventual parceiro. A região Sul apresentou a percepção mais cética neste quesito, com apenas 18,6% de apontamentos entre os entrevistados.

Mas em quais segmentos da população brasileira se concentra a percepção de ameaça e de possibilidade de aliança com os Estados Unidos?

A tabela 5 demonstra que os mais jovens tendem a apresentar maior percepção de ameaça que os mais velhos. Embora tal fato também ocorra em relação a outros países, a exemplo da Argentina, a diferença de percepção por faixa etária é mais pronunciada no caso dos Estados Unidos. Em relação à China não se observam variações significativas em termos das diferentes faixas etárias.

TABELA 5

**Percepção de ameaça militar estrangeira: Estados Unidos, Argentina e China (nos próximos vinte anos, por idade e escolaridade)**

(Em %)

	Estados Unidos	Argentina	China
Faixa etária			
18 a 24 anos	43,0	17,6	10,6
25 a 34 anos	42,4	17,3	9,6
35 a 44 anos	39,2	14,9	11,5
45 a 54 anos	35,3	13,4	8,6
55 a 64 anos	29,6	12,6	8,6
+ de 64 anos	28,3	17,8	8,3
Grau de escolaridade			
Não escolarizado e fundamental (incompleto/completo)	34,1	16,9	9,2
Ensino médio (incompleto/completo)	39,5	16,3	9,3
Superior (incompleto/completo)/pós-graduação	40,3	8,0	13,0

Fonte: Pesquisa SIPS/Ipea de 2011.

Analisando-se a escolaridade, observa-se que as diferenças são menos acentuadas do que entre as faixas etárias. Observa-se, contudo, uma ligeira tendência das pessoas com ensino médio ou superior em apresentarem maior percepção de ameaça em relação aos Estados Unidos, o que também ocorre no caso da China. Para a Argentina, observa-se uma relação inversa.

Na tabela 6, constam dados acerca da percepção de possibilidade de alianças ou parcerias com os mesmos três países elencados na tabela 5. Observa-se que as variações entre as faixas etárias também se manifestam, mas as diferenças são menores do que na percepção de ameaças. Ou seja, os mais jovens tendem a perceber os Estados Unidos mais como ameaça do que como possível aliado. Em relação à Argentina, estas diferenças entre faixas etárias não são significativas e, no caso da China, há uma leve tendência a que os mais jovens enxerguem naquele país um possível aliado ou parceiro estratégico.

Acerca da escolaridade, não há diferenças significativas em relação à percepção de possibilidade de aliança com os Estados Unidos. No caso da Argentina, entrevistados de nível superior manifestaram tendência ligeiramente superior de enxergarem no país um possível aliado ou parceiro. Em relação à China, observa-se que a diferença da percepção positiva entre os entrevistados com nível superior e os demais é maior do que para Estados Unidos e Argentina.

Há também que se considerar que as visões dos brasileiros são mais favoráveis para alguns aspectos dos Estados Unidos que outros. Nas relações bilaterais, ambos os governos podem considerar que o estreitamento da cooperação bilateral em áreas ligadas aos assuntos com percepções mais positivas implicará, possivelmente, oposição interna menor. Em ordem decrescente, conforme dados do Pew Global Attitudes Project (2012), as visões positivas dos brasileiros sobre alguns aspectos dos Estados Unidos são as seguintes: quanto aos avanços

científicos e tecnológicos norte-americanos, 80% dos brasileiros os admiram; quanto às ações antiterroristas lideradas pelos Estados Unidos, 66% disseram aprovar; quanto às músicas, aos filmes e à televisão, 60% afirmaram gostar; quanto às ideias e costumes, 49% afirmaram que são bons; quanto à democracia norte-americana, 48% afirmaram gostar; e quanto à forma de norte-americanos fazerem negócios, 45% afirmaram gostar.

TABELA 6

**Percepção de possibilidade de alianças ou parcerias: Estados Unidos, Argentina e China (nos próximos vinte anos, por idade e escolaridade)**

(Em %)

	Estados Unidos	Argentina	China
Faixa etária			
18 a 24 anos	33,6	30,9	16,7
25 a 34 anos	35,1	30,9	17,1
35 a 44 anos	34,0	29,6	17,6
45 a 54 anos	31,4	32,8	17,7
55 a 64 anos	27,4	30,8	15,6
+ de 64 anos	30,8	29,3	13,8
Grau de escolaridade			
Não escolarizado e fundamental (incompleto/completo)	30,4	32,0	15,0
Ensino médio (incompleto/completo)	34,8	28,7	16,9
Superior (incompleto/completo)/pós-graduação	31,7	34,4	22,7

Fonte: Pesquisa SIPS/Ipea de 2011.

Como as visões dos brasileiros são particularmente favoráveis (visões positivas iguais ou superiores a dois terços dos entrevistados) quanto aos avanços científicos e tecnológicos e às ações antiterroristas, estes temas implicariam, possivelmente, menor oposição interna no Brasil ao estreitamento de ações de cooperação (a depender, é claro, das formas pelas quais a cooperação ocorrer na prática, sobretudo no caso das ações antiterroristas). De fato, se observam ações recentes de cooperação nestes campos, tais como: o Programa Ciência sem Fronteiras; o Acordo entre Brasil e Estados Unidos sobre cooperação em matéria de Defesa (assinado em abril de 2010); e o Diálogo de Cooperação em Defesa (DCD) Estados Unidos-Brasil.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início da Guerra contra o Terror, os Estados Unidos têm buscado aprimorar sua imagem no exterior, no bojo dos efeitos deletérios das guerras iniciadas na administração George W. Bush sobre a opinião pública em outros países. Esse esforço ganhou ímpeto com a eleição de Barack Obama para a Presidência dos Estados Unidos em 2008, baseada numa plataforma de governo que pregava a pacificação dos conflitos armados envolvendo o país no exterior e a aproximação com os países em desenvolvimento na busca por interesses comuns.

Não obstante o grau de sucesso e efetividade dessas iniciativas ser questionável, elas produziram, na maior parte do mundo, no curto prazo, um efeito positivo para a imagem dos Estados Unidos junto às populações locais. Uma vez que a influência sobre a opinião pública estrangeira constitui uma das bases essenciais para o acúmulo de *soft power* e, não por acaso, o objetivo declarado da diplomacia pública norte-americana, é de se esperar uma preocupação cada vez maior deste país em estreitar seus vínculos diretos de comunicação com a população dos países emergentes, favorecido pela rápida disseminação das novas tecnologias de comunicação.

No caso do Brasil, pesquisas recentes de opinião apontam uma percepção favorável da população do país acerca dos Estados Unidos. Essa visão positiva contrasta, à primeira vista, com os resultados levantados pelo SIPS, que destacam os Estados Unidos como principal ameaça militar ao Brasil. No entanto, esses resultados revelam-se coerentes quando se consideram os condicionantes metodológicos dessas pesquisas e os seus diferentes objetivos. O fato de a maior parte dos brasileiros enxergar nos Estados Unidos um importante parceiro não significa que os Estados Unidos não continuem a ser temidos em função de sua supremacia bélica.

Visões favoráveis acerca de um determinado país, quer digam respeito a sua cultura, economia ou papel político desempenhado no cenário internacional, implicam menor resistência interna ao estreitamento das relações bilaterais. Do ponto de vista do governo brasileiro, o estreitamento da cooperação com os Estados Unidos passa a implicar um custo político interno menor na medida em que melhora a imagem deste país junto à população brasileira. Nesse sentido, a mudança na direção de uma percepção mais favorável sobre os Estados Unidos por parte dos brasileiros a partir do início do governo Obama representa oportunidade para o aprofundamento das relações econômicas e políticas entre os dois países, ainda que seu alcance possa ser limitado por outros fatores.

## REFERÊNCIAS

ADVISORY GROUP ON PUBLIC DIPLOMACY FOR THE ARAB AND MUSLIM WORLD. **Changing minds, winning peace: a new strategic direction for U.S. public diplomacy in the Arab & Muslim world.** Washington, 1st Oct. 2003. Disponível em: <<http://www.state.gov/documents/organization/24882.pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2012.

AJAMI, F. Pakistan and America. **Policy review**, Stanford, v. 164, Dec. 2010-Jan. 2011.

AMR, H. **The need to communicate: how to improve U.S. public diplomacy with the Islamic world.** The Brookings Project on U.S. Policy towards the Islamic World, Washington, Jan. 2004 (Analysis Paper, n. 6). Disponível em: <<http://www.brookings.edu/~media/research/files/papers/2004/1/01islamicworld%20amr/amr20040101.pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2012.

ANTI-AMERICANISM over here. **The Economist**, Mar. 13, 2003. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/1632950>>. Acesso em: 27 mai. 2012.

BBC WORLD SERVICE POLL. **Global views of USA improve.** London, 2008. Disponível em: <[http://www.worldpublicopinion.org/pipa/pdf/apr08/BBCVals\\_Apr08\\_rpt.pdf](http://www.worldpublicopinion.org/pipa/pdf/apr08/BBCVals_Apr08_rpt.pdf)>. Acesso em: 27 mai. 2012.

\_\_\_\_\_. **Views of China and Russia Decline in Global Poll.** London, 6 Feb. 2009. Disponível em: <[http://www.worldpublicopinion.org/pipa/pdf/feb09/BBCVals\\_Feb09\\_rpt.pdf](http://www.worldpublicopinion.org/pipa/pdf/feb09/BBCVals_Feb09_rpt.pdf)>. Acesso em: 27 mai. 2012.

\_\_\_\_\_. **Global views of United States improve while other countries decline.** London, 18 Apr. 2010. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/shared/bsp/hi/pdfs/160410bbcwspoll.pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2012.

\_\_\_\_\_. **Views of U. S. continue to improve in 2011 BBC country rating poll.** London, 7 Mar. 2011. Disponível em: <[http://www.worldpublicopinion.org/pipa/pdf/mar11/BBCValsUS\\_Mar11\\_rpt.pdf](http://www.worldpublicopinion.org/pipa/pdf/mar11/BBCValsUS_Mar11_rpt.pdf)>. Acesso em: 27 mai. 2012.

BLAYDES, L.; LINZER, D. A. Elite competition, religiosity, and anti-americanism in the Islamic World. **American political science review**, Washington, v. 106, n. 2, May 2012.

CHIOZA, G. Disaggregating anti-americanism: an analysis of individual attitudes toward the United States. *In*: KATZENSTEIN, P. J.; KEOHANE, R. O. (Ed.). **Anti-americanisms in world politics.** Ithaca; London: Cornell University Press, 2007.

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. **A letter to the president and a memorandum on U.S. policy toward Brazil**. Washington, 2000. Disponível em: <<http://www.cfr.org/brazil/letter-president-memorandum-us-policy-toward-brazil/p3900?excerpt=1>>. Acesso em: 27 mai. 2012.

\_\_\_\_\_. **Finding America's voice a strategy for reinvigorating U.S. public diplomacy**. Washington, 2003. Disponível em: <[http://i.cfr.org/content/publications/attachments/public\\_diplomacy.pdf](http://i.cfr.org/content/publications/attachments/public_diplomacy.pdf)>. Acesso em: 27 mai. 2012.

CSIS – CENTER FOR STRATEGIC AND INTERNATIONAL STUDIES. **CSIS commission on smart power: a smarter, more secure America**. Washington: CSIS Press, 2007.

DEPARTMENT OF DEFENSE. **Report of the defense science board task force on strategic communication**. Washington, Sept. 2004. Disponível em: <<http://www.fas.org/irp/agency/dod/dsb/commun.pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2012.

GIENOW-HECHT, J. C. E. Always blame the Americans: anti-americanism in Europe in the twentieth century. **American historical review**, v. 111, n. 4, Oct. 2006.

GRIGORIADIS, I. N. Friends no more? The rise of anti-American nationalism in Turkey. **The Middle East journal**, v. 64, n. 1, Winter 2010.

GURAZIU, R. **To what extent is foreign policy making affected by public opinion in a liberal democracy?** Middlesex University, School of Health and Social Sciences, Jan. 2008. Disponível em: <<http://www.atlantic-community.org/app/webroot/files/articlepdf/To%20what%20extent%20is%20foreign%20policy%20making%20affected%20by%20public%20opinion.pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2012.

HOLSTI, O. R. **Public opinion and American foreign policy**. Ann Arbor: University of Michigan, 2004.

JOHNSON, S.; DALE, H. How to reinvigorate U.S. public diplomacy. **Backgrounder** [Heritage Foundation], n. 1.645, Washington, 23 Apr. 2003. Disponível em: <<http://www.heritage.org/research/reports/2003/04/old-how-to-reinvigorate-us-public-diplomacy>>. Acesso em: 27 mai. 2012.

JOHNSON, S.; DALE, H.; CRONIN, P. Strengthening U.S. public diplomacy requires organization, coordination, and strategy. **Backgrounder** [Heritage Foundation], n. 1.875, Washington, 5 Aug. 2005. Disponível em: <<http://www.heritage.org/research/reports/2005/08/strengthening-us-public-diplomacy-requires-organization-coordination-and-strategy>>. Acesso em: 27 mai. 2012.

KATZENSTEIN, P. J.; KEOHANE, R. O. Anti-americanisms. **Hoover institution policy review**, n. 139, 2006. Disponível em: <<http://www.hoover.org/publications/policy-review/article/7815>>. Acesso em: 27 mai. 2012.

\_\_\_\_\_. Varieties of anti-americanisms: a framework for analysis. *In*: \_\_\_\_\_. (Ed.). **Anti-americanisms in world politics**. Ithaca; London: Cornell University Press, 2007.

KELLEY, J. R. **U.S. public diplomacy: a cold war success story**. 2005-2006 Cold War studies centre seminar series, London School of Economics, London, 2 Nov. 2005. Disponível em: <[www2.lse.ac.uk/IDEAS/programmes/coldWarStudiesProgramme/word/usPublicDiplomacy.doc](http://www2.lse.ac.uk/IDEAS/programmes/coldWarStudiesProgramme/word/usPublicDiplomacy.doc)>. Acesso em: 27 mai. 2012.

KENNAN, G. **American diplomacy**. Expanded edition. Chicago; London: University of Chicago Press, 1984.

KNECHT, T.; WEATHERFORD, M. S. Public opinion and foreign policy: the stages of presidential decision making. **International studies quarterly**, v. 50, issue 3, Sept. 2006. Disponível em: <<http://clas.georgetown.edu/files/Knecht%20and%20Weatherford%20Public%20Opinion%20and%20Foreign%20Policy.pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2012.

KRAUSE, P.; EVERA, S. Public diplomacy: ideas for the war of ideas. **Middle East Policy**, Washington, v. XVI, n. 3, Fall 2009.

LEBOW, R. N.; RISSE-KAPPEN, T. (Ed.). **International relations theory and the end of the Cold War**. New York: Columbia University Press, 1995.

LYNCH, M. Anti-americanisms in the Arab World. In: KATZENSTEIN, P. J.; KEOHANE, R. O. (Ed.). **Anti-americanisms in world politics**. Ithaca; London: Cornell University Press, 2007.

LIPPMAN, W. **Essays in the public philosophy**. Boston: Atlantic Monthly Press, 1978.

MAKDISI, U. "Anti-Americanism" in the Arab World: an interpretation of a brief history. **The journal of american history**, Bloomington, v. 89, n. 2, 2002.

MEARSHEIMER, J. J. **The tragedy of great power politics**. New York: W. W. Norton, 2001.

MONROE, A. D. Public opinion and public policy, 1980-1993. **The public opinion quarterly**, v. 62, n. 1, Spring 1998. Disponível em: <[http://www.following-sea.com/dmp/Texts/Public\\_Opinion\\_and\\_Public\\_Policy.pdf](http://www.following-sea.com/dmp/Texts/Public_Opinion_and_Public_Policy.pdf)>. Acesso em: 27 mai. 2012.

MORGENTHAU, H. J. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Universidade de Brasília; Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais, 2003.

NAKAMURA, K. H.; WEED, M. C. U.S. public diplomacy: background and current issues. **Congressional research service report for congress**. Dec. 2009. Disponível em: <<http://www.fas.org/sgp/crs/row/R40989.pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2012.

NYE JR., J. S. The decline of America's soft power. **Foreign affairs**, v. 83, issue 3, May-Jun. 2004.

\_\_\_\_\_. In fighting terrorism, Bush has forgotten to use 'soft power'. **Daily star**, Beirut, 25 Oct. 2005. Disponível em: <<http://www.dailystar.com.lb/Opinion/Commentary/Oct/25/In-fighting-terrorism-Bush-has-forgotten-to-use-soft-power.ashx#axzz20nygSThh>>. Acesso em: 27 mai. 2012.

PEW GLOBAL ATTITUDES PROJECT. **Global opinion of Obama slips, international policies faulted**. Washington, 13 Jun. 2012. Disponível em: <<http://www.pewglobal.org/files/2012/06/Pew-Global-Attitudes-U.S.-Image-Report-FINAL-June-13-2012.pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2012.

PRINCETON TASK FORCE ON ANTI-AMERICANISM. **Anti-americanism in the Obama Era**. Princeton, NJ, Dec. 2010. Disponível em: <<http://www.princeton.edu/~smeunier/Anti-Americanism%20Task%20Force%20Report%20FINAL.pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2012.

WIKE, R. U.S. does humanitarian aid improve America's image? **Pew global attitudes project**. Mar. 2012. Disponível em: <<http://www.pewglobal.org/2012/03/06/does-humanitarian-aid-improve-americas-image>>. Acesso em: 27 mai. 2012.

WILSON III, E. J. Hard power, soft power, smart power. **The annals of the American Academy of political and social science**, v. 616, Mar. 2008.

WOLF JR., C.; ROSEN, B. **Public diplomacy: how to think about and improve it**. [Rand Corporation], Santa Monica-CA, 2004 (Occasional paper). Disponível em: <[http://www.rand.org/pubs/occasional\\_papers/2004/RAND\\_OP134.pdf](http://www.rand.org/pubs/occasional_papers/2004/RAND_OP134.pdf)>. Acesso em: 27 mai. 2012.

WORLD PUBLIC OPINION. **Egyptians on Obama, U. S. policies, and democracy**. [s. l.], 2009. Disponível em: <[http://www.worldpublicopinion.org/pipa/pdf/jun09/WPO\\_Egypt\\_Jun09\\_quaire.pdf](http://www.worldpublicopinion.org/pipa/pdf/jun09/WPO_Egypt_Jun09_quaire.pdf)>. Acesso em: 27 mai. 2012.

ZOGBY INTERNATIONAL. **2010 six nation survey**. [s. l.], 2010. Disponível em: <<http://www.aaiusa.org/page/-/Images/Polls/6%20Nation%202010%20Report.pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2012.

\_\_\_\_\_. **Arab attitudes**. [s. l.], 2011. Disponível em: <[http://aai.3cdn.net/7bd3659607410109f3\\_x2m-6baq6q.pdf](http://aai.3cdn.net/7bd3659607410109f3_x2m-6baq6q.pdf)>. Acesso em: 27 mai. 2012.

ZOGBY, J. **Arab voices: what they are saying to us, and why it matters**. London: Palgrave Macmillan, 2010. 272 p.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

NYE JR., J. S. **Soft power: the means to success in world politics**. New York: Public Affairs, 2008a.

\_\_\_\_\_. Public diplomacy and soft power. **The annals of the American Academy of political and social science**, v. 616, Mar. 2008b.

PAGE, B. I.; SHAPIRO, R. Y. **The rational public: fifty years of trends in Americans' policy preferences**. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Under secretary for public diplomacy and public affairs**, 2012. Disponível em: <<http://www.state.gov/r>>. Acesso em: 27 mai. 2012.